

CONCELHO FISCAL FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE XADREZ





Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento | 2017

No cumprimento do Art.º 26.º n.º 2 a) dos Estatutos da Federação Portuguesa de Xadrez (FPX), procedemos à leitura e análise do Plano de Atividades e Orçamento para o ano civil de 2017 apresentado pela direcção da FPX.

A competência deste órgão concretiza-se na emissão de parecer ao orçamento e demais documentos de prestação de contas, onde se inclui o plano de atividades, o que permite acompanhar – de forma cooperante e proactiva – o funcionamento da Federação.

O plano de atividades da direção deve estar clara e inequivocamente justificado com a previsão de receitas e a estimativa de despesas, as quais devem refletir as opções de gestão em sede dos 4 eixos defendidos pela Direcção para o ano civil de 2017:

- Competição nacional.
- · Competição internacional.
- · Comunicação e imagem.
- Formação.

Este nosso parecer subentende, portanto, os dois aspetos superiores do documento que nos é apresentado:

- A análise da adequação do orçamento de receitas e despesas face à exequibilidade das atividades propostas; e
- A conformidade das atividades em prol do regular funcionamento da Federação.





Orçamento

O orçamento de receitas e despesas para 2017 cumpre as disposições legais aplicáveis às entidades do sector não lucrativo, onde se incluem as federações desportivas, associando as receitas à previsão de rendimentos e ganhos e as despesas à estimativa de gastos e perdas.

Quanto às receitas, a previsão de rendimentos e ganhos no total de 362,200m€ reflecte um aumento significativo de 37,31% face a 2016 (284,500m€); sustenta como fonte principal de recebimentos:

- Taxas de filiação e de participação em competições nacionais (38,86%), que reflectem um aumento absoluto de 49.000m€ face a 2016; e
- Subsídios (19,72%), que reflectem um aumento absoluto de 28.000m€ face a 2016.

Verificando-se alguns sinais de retoma da crise, e a grande dificuldade na obtenção de receitas; é notória a enorme vontade da Direcção ao nível de angariação de fundos ao inscrever no orçamento o aumento de receitas de 77.000m€, onde se destaca uma enorme subcarga, sobre jogadores e clubes, o que se considera demasiado, relativamente a entidades autárquicas de 10.000m€ (2016) para 40.000m€ (2017), o que reflecte um aumento de 300%.

Quanto às despesas, a estimativa de gastos e perdas no total de 362,2 m€ está repartida pelas seguintes rubricas:

- Actividades desportivas reflectem um aumento substancial de 63,09% face a 2016, na qual destacamos:
- As rubricas relativas a "Quotizações de filiação e inscrições" com 10.000m€ mantém-se iguais a 2016.
- "Actividade desportiva nacional" apresenta-se ao nível de 2016 com 84.000m€.
- "Actividade desportiva internacional" apresenta um aumento substancial de 74.000 m€ (231,25%) face a 2016.





- "Actividades de formação e promoção" apresenta um aumento do valor de 2,000m€, face a 2016 em formação de treinadores e árbitros" e "outras", com o valor idêntico ao ano anterior, tal como as estimativas de 20.000m€ para "enquadramento técnico" e de 4,500 m€ para "projecto juvenil".
- A <u>concessão de apoios</u> e subsídios a atletas, clubes e associações territoriais aumenta para 30.000m€ 2017, dos 25,500m€ de 2016, e reduz para 6.000m€ 2017, em apoios a outras entidades 10.000m€ em 2016.

Actividades

Relativamente à conformidade das actividades com o orçamento apresentado e que, em última instância, legitimam o regular funcionamento da Federação destacamos a afetação do orçamento nos eixos "competição nacional", 84,000m€ (23,19%); "competição internacional", 106.000m€ (29,27%); e "formação", 10,500m€ (2,90%).

A Direção mantém-se fiel às suas excelentes competências nos domínios do marketing, "comunicação e imagem":

- Mantém a intenção de seguir o bom trabalho feito pela anterior Direcção e reforçando a intenção da renovação do site, modernização do logótipo da FPX e mantém a disponibilização do alargamento a outras plataformas e outras redes sociais.
- Manter a "conquista" do relacionamento próximo e a presença regular do xadrez na comunicação social.
- A melhoria do portal FPX, designadamente em sede atualização de módulos.
- Anuncia a celebração dos 90 anos da FPX.

Nas actividades do eixo "competição nacional" a Direcção:

Salientamos a politica de aproximação, e resolução de processos antigos com todos os atletas que estavam afastados da pratica da modalidade, com o enterrar dos machados e esquecendo os diferendos do passado.





- Expressa a promoção do xadrez pelo aumento factual do número de filiados e de provas e pela esperança de aumento do número de praticantes, clubes e treinadores certificados.
- Assume a manutenção de um modelo desportivo ambicioso, renovando a apresentação de um cronograma revelador de conhecimento e de intercomunicabilidade com provas territoriais, no sentido da optimização do calendário.
- Lamenta-se que nada seja referido no orçamento, em contemplar uma articulação com a APXC-Associação de Xadrez por Correspondência, na qual a F.P.X tem um protocolo assinado, dando toda a responsabilidade na organização da pratica da modalidade nessa variante.

Nas actividades do eixo "competição internacional" a Direcção:

Louvamos a intenção desta direcção em levantar o veto ao direito a participar em provas internacionais aos jogadores jovens que se sagrem campeões nacionais. Direcção dá o direito de participação em provas internacionais aos atletas que conquistem esse direito por mérito próprio.

No eixo "formação" o documento é revelador numa área fundamental para o desenvolvimento da modalidade em aumentar os cursos de formação de treinadores e árbitros, alargando ao desporto escolar.

Parecer

A elaboração de um plano de actividades e do respetivo orçamento de receitas e despesas é um exercício de intenções e de previsão, portanto, as actividades e os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e eventuais variações poderão ser materialmente relevantes e perfeitamente entendíveis e aceitáveis.

Não é do conhecimento do Conselho Fiscal, qualquer facto ou informação que permita duvidar da credibilidade do orçamento apresentado, sublinhando-se o facto do apoio do IPDJ poder divergir do previsto (125.000 €).



Elogios e críticas só se apontam a quem faz trabalho e essa é uma evidência inegável desta Direcção: dedicação e trabalho. Goste-se ou não das opções, dos resultados conseguidos e dos meios escolhidos para a obtenção dos mesmos. É justo, pois, enaltecer e elogiar o profissionalismo, empenho e dinâmica da Direcção, designadamente quanto aos aspetos regulamentares, aos aspetos relacionados com a comunicação e imagem institucional e à inovação do quadro competitivo nacional.

Nestes termos, o Conselho Fiscal dá parecer favorável ao Plano de Actividades e Orçamento para 2017.

Lisboa, 21 de Novembro de 2016

O Conselho Fiscal

António José Brito de Moura (Presidente)

José Manuel Ribeiro Nogueira (Relator)

Carlos Manuel Lopes Nascimento (Secretário) Carlo